

## Apresentação

Desde 1997, no auge do decreto nº 2208, que instituiu o fim da integração compulsória da lei nº 5692/71 de diretrizes e bases, muitos trabalhos ligados à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED) foram publicados. Essa produção emerge no sentido de se opor ao processo de desmonte da educação profissional empreendido pelo neoliberalismo dos governos Fernando Henrique Cardoso.

Com o advento do governo Lula, os educadores e pesquisadores críticos ligados à educação engrossaram com suas formulações o movimento pela revogação do decreto nº 2208 e pela elaboração de outra política educacional que possibilitasse o retorno da integração curricular do ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio. Em 2004 e 2008, foi criada uma série de novos dispositivos legais que se incorporaram à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 e à Constituição Federal. Nesse movimento, autores começaram a formular análises sobre o currículo integrado. Para tanto, articulavam integrar o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio com as propostas mais progressistas ligadas aos conceitos de formação humana integral, formação omnilateral - educação politécnica para combater o dualismo escolar reinante na educação brasileira.

No Brasil capitalista em que vivemos, a tradição da função social da educação escolar é a de reproduzir os interesses hegemônicos de perpetuação das clivagens sociais próprias da divisão social e técnica do trabalho. Um dos aspectos segmentadores da sociedade está nas várias diferenciações aos melhores níveis do conhecimento tecnológico e científico. O acesso diferenciado a uma educação pública de qualidade social - que incorpora a inserção no mundo do trabalho para todos os cargos e ocupações - pode ser analisado também pelos currículos escolares, aos quais os indivíduos das muitas classes sociais têm acesso ou não.

Para Ramos (2007), a perspectiva mais adequada de formação que vai na contracorrente reprodutiva da divisão social e técnica do trabalho tem a ver com o princípio de educação politécnica. De acordo com Ramos (2005),

“a integração curricular pressupõe que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura” (p.1).

Ainda com Ramos (2007), a educação integrada ocorre em “um tipo de escola que não seja dual, ao contrário, que seja unitária”, que garanta a todos “acesso à cultura, a ciência, ao trabalho, por meio de uma educação básica e profissional”. Uma educação que “possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas” (p.3).

Alguns trabalhos, desde os anos 1990 e 2000, foram elaborados para analisar as condições sociopolíticas que inviabilizaram a integração curricular tendo como objeto de estudo a relação do ensino médio e a educação profissional; outros, ressaltam as possibilidades da integração na rede federal e em algumas redes estaduais.

A integração curricular, no entanto, constitui-se de enorme complexidade pedagógica e epistemológica. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) reconhecem que a materialização histórica da integração curricular não se esgota nos seus determinantes pedagógicos e escolares, mas se articulam em questões mais amplas da própria sociedade.

Observando as condições históricas de implementação da integração curricular nas redes estadual e federal, podemos perceber, além das virtudes pedagógicas e políticas da integração curricular do ensino médio com educação profissional técnica de nível médio técnico, uma série de obstáculos que dão conta da baixa incidência no número total de matrículas na educação profissional e média como um todo.

Nos campi do IFES, o pouco peso quantitativo das matrículas no ensino médio integrado e as dificuldades pedagógicas e de se integrarem espaços, conteúdos e tempos e, principalmente, pessoas ficaram evidenciados durante o processo de pesquisa. Por esta razão a própria investigação propunha-se a promover a formação docente em sua estratégia de pesquisa-ação.

Neste sentido, com base num projeto de pesquisa-ação-formação sobre a integração curricular do ensino médio à educação profissional técnico de nível médio no IFES, gestado ainda no ano de 2012, mas que veio a ter maior viabilidade em 2013, tendo sido registrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFES com o nº 4198/2013, os textos aqui apresentados decorrem de evento de pesquisa e de formação realizado em outubro de 2013 no campus Vitória.

Durante o “I Seminário Intercampi de Formação Pedagógica para docentes e gestores da Educação Profissional”, de 17 a 18 de Outubro de 2013, os professores doutores Marise Nogueira Ramos, Dante Henrique Moura, Suzana Bournier e Maria Ciavatta - referências nacionais do campo trabalho e educação, apresentaram suas últimas pesquisas e reflexões sobre a temática do evento.

Figura 01 - Cartaz de divulgação do Seminário



**Figura 02** - Abertura do seminário 17 de Outubro de 2013  
(+/- 300 participantes)



Marise Nogueira Ramos, docente da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Fiocruz) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em “Ensino médio integrado: da conceituação à operacionalização” destaca que o ensino médio é um campo importante de disputa. Para a autora, o sujeito que está no ensino médio é disputado, pois é nele que se manifestam as relações com a ciência, a tecnologia, a divisão social do trabalho. Ramos aborda a conceituação histórica sobre o trabalho e a educação e no contexto das lutas da sociedade, nos anos 1980 no campo das ideias, fazendo a defesa de uma educação politécnica na perspectiva da formação humana *omnilateral*. No seu artigo, a autora reflete sobre os sentidos da integração e sobre as experiências integradoras que auxiliam na construção de uma formação que contemple o homem em todos os seus sentidos: filosófico, político e epistemológico. Para Ramos, é importante discutir as possibilidades e os limites do ensino médio, os desafios de se fazer integração de modo a tentar superar a dicotomia entre o currículo com foco nas humanidades e um currículo com foco na ciência e tecnologia, tendo assim duas formações: uma profissionalizante e outra propedêutica.

Dante Henrique Moura, docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), no artigo “A Integração

Curricular da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (Proeja)” analisa que a política do Proeja emergiu como um dos projetos contra-hegemônicos para atender à classe que vive do trabalho. Para Moura, o POREJA é uma política que contribui para o acesso dos sujeitos da EJA à uma educação de qualidade socialmente referenciada. Para esta aproximação entre EJA, EPT e educação básica, Moura analisa os projetos societários que disputam a formação profissional, tendo como base o projeto de formação que se tem e o projeto de formação que se quer para a classe trabalhadora. Para o autor, muitos são os desafios a serem enfrentados para conseguirmos integrar a educação profissional com a Educação de Jovens e Adultos, e dentre esses desafios há as implicações do trabalho e da formação docente nos modos de fazer integração.

Suzana Lanna Burnier Coelho, com o texto “A formação pedagógica na educação profissional”, traz um importante debate sobre a formação continuada que, segundo a autora, é o espaço por excelência da formação profissional. Para Coelho, são nesses espaços que compreendemos e aprendemos não só como ensinar, mas também neles há a possibilidade da pesquisa e de termos a prática docente. A formação a ser realizada pelas instituições de ensino não é apenas para ocupar um posto de trabalho. Essa educação deve formar para o mundo do trabalho, para o exercício da cidadania e para as lutas do trabalhador, de modo que os egressos dos cursos possam se inserir no trabalho autônomo, associado e cooperado. É no espaço de formação continuada que aprendemos e desenvolvemos essas perspectivas.

Maria Ciavatta, professora titular da Universidade Federal Fluminense (UFF), no texto “A historicidade das reformas da educação profissional”, afirma que a educação profissional é o lócus mais visível da educação pelo trabalho, seja no seu sentido técnico e tecnológico, seja no sentido político. Para Ciavatta, a historicidade das reformas da educação profissional informa que a descontinuidade que as caracteriza contribui para que a educação profissional seja utilizada como estratégia de hegemonia política. A autora destaca que, para compreender esse processo, a conceitualização histórica do trabalho e educação se faz necessária. Nesse sentido, para entender os projetos que hoje existem para a educação do trabalhador, é preciso entender as implicações de uma sociedade capitalista dependente, as reformas da educação profissional e seus percalços e as iniciativas contra-hegemônicas.

Junto a estes textos, acrescenta-se o trabalho de Marcelo Lima, Professor Adjunto da Ufes, e Jaqueline Ferreira de Almeida, Técnica Administrativa em Educação desta instituição, com o texto “Ensino Médio Integrado: tensões, desarticulações e articulações”, em que apresentam uma discussão sobre o desenvolvimento de práticas que promovam a formação integral do ser humano e contemple, de maneira indissociável, a formação para o trabalho e a formação cidadã. Para os autores, a integração entre o trabalho e a educação, a formação para o trabalho e para o mundo social exige que se pense no ser humano em todas as suas dimensões. Na perspectiva histórica da educação brasileira, podemos observar a separação entre a formação para o trabalho, que era a educação para os “desvalidos” da sorte, e a formação propedêutica, formação para a vida. A educação geral e a educação profissional estiveram, entre avanços e retrocessos, no contexto histórico brasileiro, interligadas e, ao mesmo tempo, desvinculadas. Nesse sentido, analisam-se os dispositivos da legislação brasileira que tratam sobre o Ensino Médio Integrado a fim de identificar, no âmbito das políticas educacionais, a concepção de articulação entre educação e trabalho.

Além dos textos apresentados no seminário sobre a integração curricular, figuram nesta publicação os textos “as artes de educar” de Gisele Ruiz Silva e Paula Corrêa Henning e “o direito à educação infantil” de Kallyne Kafuri Alves correio e Valdete Côco que nos oferecem importantes reflexões sobre a inclusão escolar e sobre a política educativa na educação infantil. esses textos trazem como principais referenciais teórico-metodológicos Bakhtin e Foucault.